

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 213 – 23/08 à 27/08/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Brasil se aproxima de dois milhões de empregos formais criados em 2021](#)

Casa Civil - 26/08/2021

O mercado de trabalho no Brasil teve mais um mês positivo. Com os 316.580 novos postos de trabalho formal criados em julho, o País se aproxima de dois milhões de empregos criados nos primeiros seis meses do ano. Os números são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, os números do mês reiteram a recuperação firme da economia brasileira como um todo.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[TST implanta nova etapa de retorno ao trabalho presencial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/08/2021

A partir de 1º de outubro, o Tribunal Superior do Trabalho implantará a etapa intermediária I de retorno do trabalho de seus servidores e colaboradores ao regime presencial. O limite de presença será de 50% do quadro de cada unidade, com priorização das pessoas com a imunização completa contra a covid-19 há pelo menos 15 dias. As sessões de julgamento poderão ser híbridas (presenciais e telepresenciais, simultaneamente).

[Dispensa de professor de biologia com câncer de próstata não teve caráter discriminatório](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/08/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um professor de Biologia do Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. (Grupo Objetivo de Educação) que buscava o reconhecimento de sua dispensa como discriminatória, em razão de ter sido diagnosticado com câncer de próstata. Segundo o colegiado, o reconhecimento do caráter discriminatório é relativo, e o Sinec conseguiu comprovar que a dispensa não teve ligação com a doença.

[Pagamento de prêmios em “vale-cerveja” não caracteriza indução ao alcoolismo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/08/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um operador mantenedor da Ambev S. A. que alegava que a empresa, ao premiar o cumprimento de metas e pagar horas extras com cervejas, estaria induzindo os trabalhadores ao alcoolismo. Entre outros pontos, a improcedência do pedido levou em conta a ausência de demonstração do dano e o fato de o empregado nem sequer alegar ter desenvolvido dependência.

[Saiba como participar da Semana Nacional de Conciliação e Execução Trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/08/2021

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e com os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) de todo o Brasil, vão promover, de 20 a 24 de setembro, a Semana Nacional da Conciliação e Execução Trabalhista. O evento busca atender um número expressivo de pessoas que têm processos na Justiça do Trabalho. O objetivo é buscar o maior número de soluções consensuais dos conflitos trabalhistas, além de garantir a efetiva quitação dos débitos já garantidos em juízo com a realização de diversas audiências de conciliação e atividades de execução durante a semana.

[Empresa indenizará motorista por acidente provocado por outro empregado durante o expediente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/08/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade civil da Star Tecnologia em Iluminação Startec, de São Paulo (SP), e a condenou ao pagamento de indenização por danos morais e materiais a um motorista que sofreu acidente de trabalho provocado por outro empregado durante o expediente. Para o órgão, o empregador é responsável pelos atos lesivos praticados por seus empregados.

[Banco é condenado por pedir que empregada usasse “sensualidade” para atrair clientes](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/08/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho fixou em R\$ 50 mil o valor da indenização a ser paga pelo Itaú Unibanco S. A. a uma empregada que, além de sofrer cobrança abusiva de metas, ameaças e constrangimento, era impelida a se vestir de forma sensual para atrair clientes. Para o colegiado, o valor de R\$ 8 mil deferido anteriormente não correspondeu à natureza e à proporção do dano, em razão das particularidades do caso, que envolve a prática de assédio moral e sexual.

[Ministro Vieira de Mello Filho é indicado para representar TST no CNJ](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2021

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho indicou, na sessão desta segunda-feira (23), o nome do ministro Vieira de Mello Filho, vice-presidente, para representar o TST no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no próximo biênio (2021/2023). Ele deverá suceder o atual representante do TST, ministro Emmanoel Pereira. O indicado ainda será sabatinado pelo Senado Federal.

[Presidente do TST fará palestra no 11º Congresso Internacional da Academia Brasileira de Direito do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2021

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, será uma das palestrantes da 11ª edição do Congresso Internacional da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. O evento acontecerá nos dias 7, 8, 13 e 14 de outubro, em formato híbrido (on-line e presencial). A Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT) é presidida pelo ministro do TST Alexandre de Souza Agra Belmonte. O congresso tem foco em temáticas afetas ao Direito do Trabalho e à Seguridade Social.



Notícias do Executivo

[BEm: mais de três milhões de acordos fechados em 2021](#)

Casa Civil - 26/08/2021

Em 2021, foram fechados mais de 3,2 milhões acordos entre trabalhadores e empresas, por meio do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). Foram beneficiados quase 2,6 milhões de trabalhadores e 634 mil empregadores durante quatro meses, de 27 de abril a 25 de agosto. Dos 3.271.513 contratos celebrados neste ano, a maior parte, 1.364.348 foram de suspensão de contrato de trabalho. Em seguida estão redução de 70% da jornada de trabalho (788.592), redução de 50% (613.030) e redução de 25% da carga horária (505.543).

[Sancionada Lei sobre ambiente de negócios](#)

Ministério da Economia - 27/08/2021

Foi sancionada na quinta-feira (26/8) a Medida Provisória nº 1.040/2021, de iniciativa do Ministério da Economia, que busca simplificar a abertura e o funcionamento de empresas no país. Convertida na Lei nº 14.195/2021, o objetivo é fazer o Brasil evoluir mais de 20 posições no ranking Doing Business do Banco Mundial. Entre os temas abordados estão a facilitação para a abertura de empresas; a proteção de acionistas minoritários; a facilitação do comércio exterior; o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos; as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais; a profissão de tradutor e intérprete público, e a obtenção de eletricidade e prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

[Decreto institui o Sistema Nacional de Garantias de Crédito para as MPes](#)

Ministério da Economia - 26/08/2021

Foi editado nesta quinta-feira, 26/8, pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, o [Decreto nº 10.780/2021](#), que institui o Sistema Nacional de Garantias de Crédito, nos termos

do disposto no art. 60-A da Lei Complementar nº 123/2006. A medida vai facilitar o acesso das micro e pequenas empresas (MPEs) ao crédito simplificado. A norma entra em vigor imediatamente e não depende da aprovação do Legislativo.

[Fundacentro debate remoção de amianto](#)

Fundacentro - 26/08/2021

O Seminário on-line “Remoção do Amianto: os desafios de Florianópolis na aplicação da [Lei Municipal 10.607/2019](#)” ocorre nos dias 14/09, das 9h às 11h45, e 15/09, das 9h às 12h30, no canal da Fundacentro no YouTube. O evento busca debater a implantação dessa lei, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos com asbesto, e ampliar a difusão de conhecimentos sobre riscos da exposição a essa fibra.

[Novo curso sobre NR 12 está disponível na EV.G](#)

Fundacentro - 25/08/2021

Para auxiliar os profissionais que desenvolvem atividades e interagem com a segurança das máquinas e equipamentos, a Fundacentro e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) disponibilizam o curso “Segurança em Máquinas e Equipamentos NR12 - Apreciação e Redução de Risco” na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Disponível na [plataforma da Escola Virtual de Governo \(EV.G\)](#), o curso traz orientação técnica que visa à segurança e saúde do trabalhador através da concepção e implementação de estratégias de combate aos perigos e riscos decorrentes da utilização de máquinas e equipamentos.

[PCMAT e PGR na Indústria da Construção são pautas debatidas por especialista](#)

Fundacentro - 23/08/2021

Com a preocupação de promover ações em prol da saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras, a Fundacentro e parceiros realizaram seminário do “[Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho](#)”. De acordo com os especialistas que participaram do webinar, a data deve ser incorporada nas empresas todos os dias, pois é fundamental para prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT em Pernambuco destaca ação social afirmativa da Lei de Cotas na Semana da Pessoa com Deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/08/2021

A procuradora do Trabalho e coordenadora regional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) destacou a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91) como uma ação social afirmativa, em palestra realizada na última segunda-feira (23) durante a Semana Estadual e Municipal da Pessoa com Deficiência. Na ocasião, a representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) ressaltou, ainda, a dupla finalidade da norma: combater a discriminação e propiciar o acesso ao trabalho.

[Sindicatos de Sergipe são condenados por reduzirem cota de aprendizes](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/08/2021

Após ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE), a Justiça do Trabalho condenou o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (Seac-SE) e o Sindicato dos Empregados de Condomínios e Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (Sindecese) a não assinarem instrumentos de negociação coletiva (acordo ou convenção coletiva de trabalho) que limite, restrinja, dificulte ou afaste a obrigação de contratação de aprendizes ou que altere, flexibilize ou reduza a base de cálculo da cota de aprendizes.

[MPT realiza novas visitas no Senado para tratar de proposta que altera legislação trabalhista](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/08/2021

O procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, deu sequência nesta quarta-feira (25) à série de visitas institucionais com foco no estreitamento de relações institucionais com o Senado e na articulação institucional para tratar do Projeto de Lei de

de Conversão (PLV) 17/2021, que promove alterações na legislação trabalhista.

[Comissão do Senado aprova indicação de Ângelo Fabiano Farias da Costa para o CNMP](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/08/2021

Foi aprovada nesta quarta-feira (25) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, por 25 votos a favor e 1 contra, a indicação do procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa para ocupar vaga de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) destinada ao Ministério Público do Trabalho (MPT) no biênio 2021-2023. A indicação segue para análise no Plenário do Senado.

[Eleição escolhe recondução da procuradora-chefe do MPT em Pernambuco](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/08/2021

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) foi palco, nesta quinta-feira (17), da eleição para o cargo de procurador-chefe para o biênio 2021/2023. Na ocasião, o colégio de procuradores da unidade, em voto secreto, escolheu reconduzir a procuradora Ana Carolina Ribemboim para o cargo pelos próximos dois anos.

[MPT lança edital para seleção de artigos a serem publicados em livro digital sobre uso de dados pessoais e inteligência artificial na relação de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/08/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou edital para seleção de artigos a serem publicados no livro digital “O Uso de Dados Pessoais e Inteligência artificial na relação de trabalho: proteção, discriminação, violência e assédio digital”. Interessadas e interessados podem enviar os trabalhos e o formulário presente no edital até o dia 30 de setembro para o e-mail mpt.coordigualdade@mpt.mp.br. A seleção tem como público-alvo procuradoras e procuradores, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários e demais integrantes do MPT, do Ministério Público brasileiro, de todo o Sistema de Justiça, bem como a comunidade acadêmica e o público em geral.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Diretora do SINAIT defende a preservação de conquistas no combate ao trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/08/2021

A Diretora do SINAIT, Vera Jatobá, participou na manhã desta sexta-feira, 27 de agosto, de audiência pública que discutiu as recomendações recebidas pelo Brasil no mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O presidente da comissão, deputado Carlos Veras (PT/PE), anunciou durante a audiência, que o colegiado vai apresentar projeto de lei para aumentar o número de parcelas do seguro-desemprego pagas ao trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão. Atualmente, esse trabalhador tem direito a três parcelas do benefício no valor de um salário mínimo cada uma.

[Em audiência da CDH, vice-presidente critica MP 1045 e defende aprovação do Estatuto do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/08/2021

A crescente precarização do trabalho no Brasil foi debatida hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Os convidados expressaram preocupação com a [MP 1.045/2021](#), criada para tratar de situações emergenciais durante a pandemia da covid-19, mas que recebeu diversas emendas, na Câmara, que flexibilizam em definitivo diversos direitos trabalhistas. A MP já foi aprovada na Câmara e aguarda análise dos senadores. O Estatuto do Trabalho, proposta que tramita como a [Sugestão Legislativa 12/2018](#), é de autoria do SINAIT, da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho (ALJT), da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). O texto é resultado de debates com representantes de empregados, trabalhadores e especialistas em relações trabalhistas, ocorridos em 2017 e 2018.



Notícias do e-Social

[Implantadas em produção as alterações previstas no item 3.3 da Nota Técnica S-1.0 nº 02/2021](#)

eSocial - 24/08/2021

A [Nota Técnica S-1.0 nº 02/2021](#) foi publicada em julho deste ano, mas conforme previsto, algumas alterações só entrariam em produção a partir do dia 23/08.

Outras Notícias

[Justiça do Trabalho encerra o processo sem julgar a Ação Civil Pública do MPT que pede a suspensão da nova NR 1](#)

Revista Proteção - 27/08/2021

Em [sentença](#) do dia 26 de agosto, a juíza do Trabalho Laura Ramos Moraes definiu a Justiça do Trabalho como incapaz de julgar a Ação Civil Pública movida pelo MPT que pede a suspensão da nova redação da NR 1 (Portaria nº 6.730). Assim como da Portaria 915/2019, anterior a esta última, que já trazia alterações na legislação, como o tratamento diferenciado para algumas das empresas de menor porte.

[SESI oferece cursos online em Segurança e Saúde no Trabalho](#)

Revista Proteção - 27/08/2021

O Serviço Social da Indústria (SESI) está com cursos online de segurança e saúde no trabalho (SST) na plataforma SESI Cursos. As capacitações são voltadas para preparar as empresas a atender normas regulamentadoras, a tornar ambientes laborais mais seguros e a melhorar a gestão de SST. Os treinamentos são voltados para gestores e trabalhadores da indústria. Empresas e profissionais interessados podem se matricular diretamente na [plataforma](#).

[Luis Felipe Batista de Oliveira é nomeado novo Secretário do Trabalho](#)

Revista Proteção - 26/08/2021

Foi divulgado hoje (26), no Diário Oficial da União, o nome do novo Secretário de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência. Assume o cargo Luis Felipe Batista de Oliveira, doutor na área de Economia e Avaliação de Políticas para o Setor Público pela Universidade de Brasília. Pesquisador licenciado do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ele atuava desde janeiro de 2019 como assessor no Ministério da Economia, exercendo o

o cargo de Diretor de Programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Atuava de forma coordenada com os Ministérios e as Secretarias na formulação de projetos governamentais considerados prioritários e estruturais.

[Após reforma trabalhista, número de ações sobre assédio sexual chega a cair 68%](#)

Consultor Jurídico - 28/08/2021

Após a entrada em vigor da reforma trabalhista, em novembro de 2017, vem caindo o número de novas ações judiciais que mencionam a ocorrência de assédio sexual no ambiente de trabalho. Em 2015, foram propostas 7.648 reclamações relatando o assunto. Em 2016 e 2017, 5.465 e 5.161, respectivamente. Em 2018, o número caiu cerca de 68,9% em relação a 2015, chegando a 2.379 casos. Em 2019 e 2020, foram 2.805 e 2.455 novas menções a assédio sexual, respectivamente.

[Dispensa durante estabilidade prevista no Programa Emergencial gera indenização](#)

Consultor Jurídico - 26/08/2021

Para fins de reconhecimento da garantia provisória de emprego, o recebimento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda é presumível diante de sucessivas suspensões do contrato de trabalho. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região reconheceu o direito de uma ex-empregada à garantia provisória no emprego decorrente da suspensão do contrato de trabalho. Assim, condenou a empregadora a pagar indenização de 100% do salário por 46 dias.

[Estabilidade de gestante não se aplica a contrato temporário, reafirma TST](#)

Consultor Jurídico - 26/08/2021

O regime contratual instituído pela lei do trabalho temporário ([Lei 6.019/74](#)), por ter como finalidade atender a situações excepcionais, é absolutamente incompatível com as garantias decorrentes dos vínculos por prazo indeterminado, como a estabilidade das trabalhadoras gestantes. Com base nesse entendimento, o juízo da 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, decidiu excluir de uma condenação o pagamento de indenização referente a período de estabilidade de uma mulher grávida, contratada como temporária e posteriormente dispensada. Segundo o TST, houve má aplicação da [Súmula 244](#), III, pela decisão de segundo grau.

[Família de empregado que pegou Covid em viagem a trabalho deve ser indenizada](#)

Consultor Jurídico - 23/08/2021

Por constatar a natureza ocupacional da contaminação, a 2ª Vara do Trabalho de Passos

(MG) condenou uma construtora a indenizar a viúva e dois filhos menores de um empregado, falecido por complicações da Covid-19 após possivelmente contrair a doença em uma viagem a trabalho. Os valores foram fixados em R\$ 222 mil para os danos materiais e R\$ 105 mil para danos morais.

[Curtume deve indenizar empregados expostos a produtos cancerígenos](#)

Consultor Jurídico - 23/08/2021

Por constatar descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho e lesão à integridade física dos trabalhadores, a 1ª Vara do Trabalho de Franca (SP) condenou um curtume a indenizar e monitorar a saúde de cada empregado acometido por doença decorrente da exposição a produtos químicos cancerígenos. A sentença envolve o pagamento de R\$ 50 mil a cada um dos funcionários, ex-funcionários, ou espólios de falecidos que tenham sido expostos, além de danos materiais, no valor de um salário a cada mês privado do trabalho. Os danos materiais também são devidos aos cônjuges e filhos menores desses trabalhadores. A ré também deverá custear as despesas com atendimentos médicos e medicamentos, além de constituir um comitê gestor para gerenciar a assistência à saúde.



Atos Normativos

[DECRETO Nº 10.780, DE 25 DE AGOSTO DE 2021](#) (DOU de 26/08/2021 Seção I Pág. 01) - Institui o Sistema Nacional de Garantias de Crédito, nos termos do disposto no art. 60-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

[PORTARIA Nº 992, DE 25 DE AGOSTO DE 2021](#) (DOU de 26/08/2021 Seção II Pág. 01) - Nomeia LUIS FELIPE BATISTA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Secretário de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, código DAS 101.6, ficando dispensado da função que atualmente ocupa;

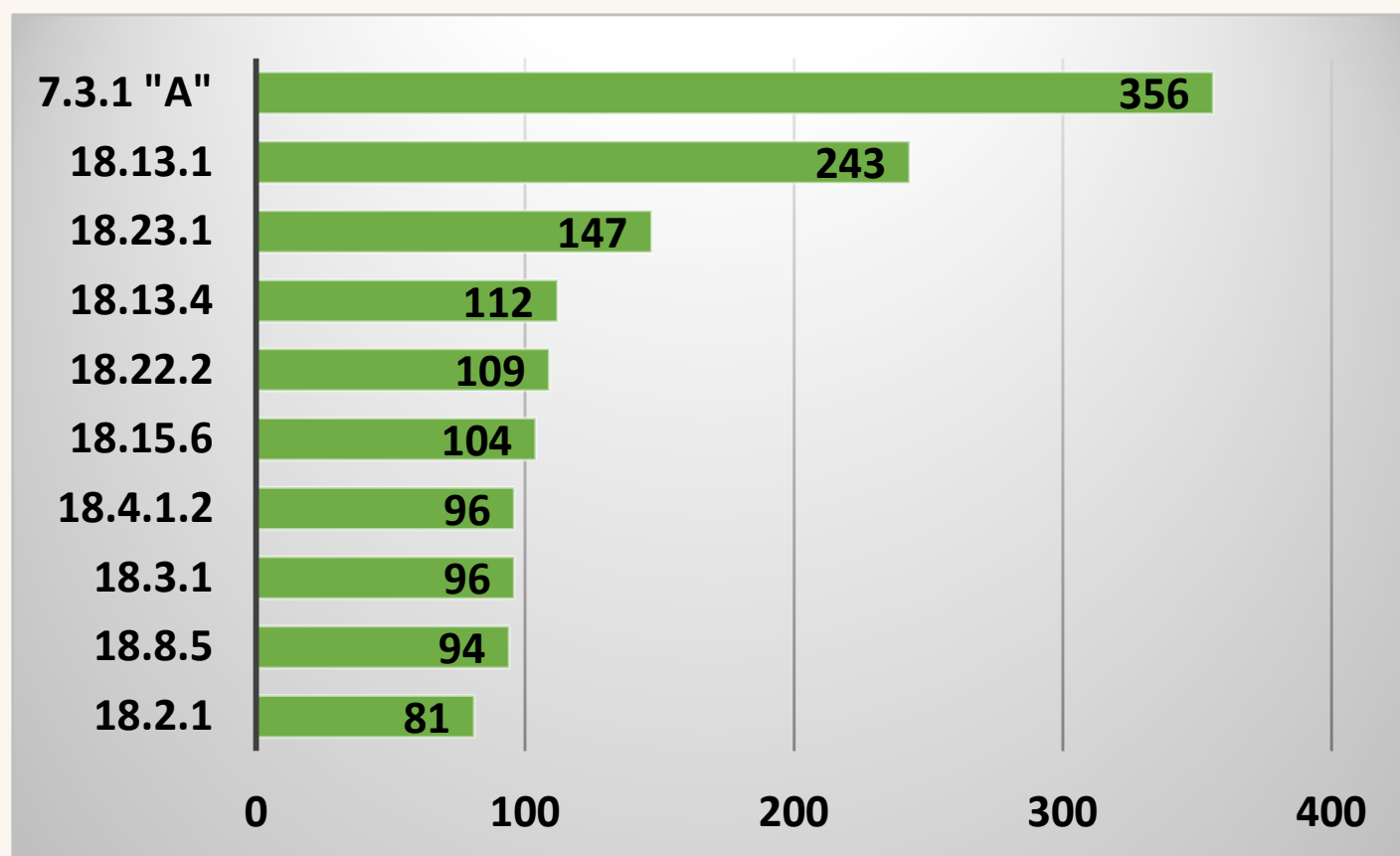
[RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 305, DE 26 DE MARÇO DE 2020](#) (DOU de 27/08/2021 Seção I Pág. 139) - Dispõe sobre o atendimento médico por Telemedicina durante a pandemia de SARS-CoV2/COVID-19;

[RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 309, DE 29 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 27/08/2021 Seção I Pág. 140) - Dispõe sobre uso de ferramentas de Telemedicina específica para médicos que atendem o trabalhador e dá outras providências durante a pandemia de SARS-CoV2/COVID-19.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/jun):



Retificação: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.4.1.2 As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

18.3.1. São obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.2.1 É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI, CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula